



HISTÓRIA

46. (...) a partir do século V a.C., a guerra tornou-se endêmica no Mediterrâneo. Foram séculos de guerra contínua, com maior ou menor intensidade, ao redor de toda a bacia. O trabalho acumulado nos séculos anteriores tornara possível um adensamento dos contatos, um compartilhamento de informações e estruturas sociais, uma organização dos territórios rurais que propiciava a extensão de redes de poder. Foram os pontos centrais dessas redes de poder que animaram o conflito nos séculos seguintes.

Norberto Luiz Guarinello. *História Antiga*, 2013.

Sobre esses “séculos de guerra contínua”, é **correto** afirmar que:

- a) as Guerras Púnicas, entre Atenas e Cartago, foram uma disputa pelo controle comercial sobre o mar Mediterrâneo, terminando após três grandes enfrentamentos, com a vitória de Cartago e a hegemonia cartaginesa em todo o Mundo Antigo ocidental.
- b) as Guerras Macedônicas foram um longo conflito entre o Reino da Macedônia, em aliança com os persas, e o Império Romano, que venceu com muitas dificuldades porque ainda estava em guerra com outros povos.
- c) as Guerras Médicas, entre persas e gregos, resultaram na vitória dos últimos e, em meio a esses confrontos, permitiram que Atenas liderasse a Liga de Delos, aliança de cidades-Estados gregas com o intuito de combater a presença persa no Mediterrâneo.
- d) as Campanhas de Alexandre, o Grande, aliado a Esparta e Corinto, combateram e venceram as poderosas forças persas e ampliaram os domínios gregos até a Ásia Menor, propagando os princípios da democracia ateniense pelo Mediterrâneo.
- e) a Guerra do Peloponeso, o mais importante conflito bélico da Antiguidade, envolveu as principais cidades-Estados gregas que, aliadas a Roma, enfrentaram e derrotaram as forças militares cartaginesas.

Resolução:

O texto faz referência às Guerras Médicas (V a.C.) conflito armado entre persas e gregos. Em meio a esse conflito, a cidade de Atenas articulou a formação da “Liga de Delos” – uma confederação guerreira formada a partir da contribuição de várias pólis gregas unidas contra o Império persa e sob a liderança dos generais atenienses. Tal liderança trouxe enorme poder para Atenas, tanto econômico como político-militar, o que acarretou uma crescente escalada imperialista dos atenienses sobre as demais cidades-estado. Em reação, a cidade de Esparta articulou outra confederação guerreira, a “Liga do Peloponeso”, que levou o mundo grego a uma violenta guerra civil: a Guerra do Peloponeso.

Alternativa C

47. [Desde o início do século XIV], no reino do Congo (...) moravam povos agricultores que, quando convocados pelo mani Congo, partiam em sua defesa contra inimigos de fora ou para controlar rebeliões de aldeias que queriam se desligar do reino. Aldeias (lubatas) e cidades (banzas) pagavam tributos ao mani Congo, geralmente com o que produziam: alimentos, tecidos de rafia vindos do nordeste, sal vindo da costa, cobre vindo do sudeste e zimbos (pequenos búzios afunilados colhidos na região de Luanda que serviam de moeda). (...) o mani Congo, cercado de seus conselheiros, controlava o comércio, o trânsito de pessoas, recebia os impostos, exercia a justiça, buscava garantir a harmonia da vida do reino e das pessoas que viviam nele. Os limites do reino eram traçados pelo conjunto de aldeias que pagavam tributos ao poder central, devendo fidelidade a ele e recebendo proteção, tanto para os assuntos deste mundo como para os assuntos do além, pois o mani Congo também era responsável pelas boas relações com os espíritos e os ancestrais. (...) O mani Congo vivia em construções que se destacavam das outras pelo tamanho, pelos muros que a cercavam, pelo labirinto de passagens que levavam de um edifício a outro e pelos aposentos reais que ficavam no centro desse conjunto e eram decorados de tapetes e tecidos de rafia. Ali o mani vivia com suas mulheres, filhos, parentes, conselheiros, escravos, e só recebia os que tivessem nobreza suficiente para gozar desse privilégio.

Marina de Mello e Souza. *África e Brasil africano*, 2006.

A partir da descrição do reino do Congo, é **correto** afirmar que, nesse reino,

- toda a organização administrativa estava voltada para a acumulação de riquezas nas mãos do soberano, que as redistribuía entre as aldeias mais leais e com maior potencialidade econômica.
- o político e o sobrenatural estavam intimamente relacionados, além das semelhanças entre uma corte europeia e uma de um reino na África, porque ambas eram caracterizadas por hierarquias rígidas.
- a ordem política derivava de uma economia voltada para a produção baseada no uso da mão de obra compulsória, por isso o soberano era o maior beneficiado com a captura de homens para serem escravizados.
- a fragmentação do poder entre os chefes das aldeias e os conselheiros do soberano permitiu a consolidação de uma prática política pouco usual na África, na qual as decisões eram tomadas pelos moradores do reino.
- a prevalência da condição tribal favoreceu sua dominação por outros povos africanos, mas especialmente pelos comerciantes europeus, interessados na exploração de metais amoeáveis.

Resolução:

O texto da professora Marina de Mello e Souza descreve aspectos fundamentais da organização política, econômica e social do Reino do Congo no século XIV e, particularmente, destaca o papel do mani Congo, responsável por “garantir a harmonia da vida do Reino e das pessoas que viviam nele”. O trecho apresentado permite uma comparação entre o poder do mani Congo e o poder dos reis europeus da Idade Moderna, monarcas que também centralizavam a administração e tinham papel de destaque na manutenção da ordem socioeconômica.

Ressalta-se que tal comparação é bastante temerária em termos pedagógicos, pois dá aos modelos sociais, políticos e econômicos da Europa o papel central e, ainda que não esteja errada, afasta os alunos da possibilidade de compreensão da História da África pelos seus próprios parâmetros.

Alternativa B

48. Perante esta sociedade, a burguesia está longe de assumir uma atitude revolucionária. Não protesta nem contra a autoridade dos príncipes territoriais, nem contra os privilégios da nobreza, nem, principalmente, contra a Igreja. (...) A única coisa de que trata é a conquista do seu lugar. As suas reivindicações não excedem os limites das necessidades mais indispensáveis.

Henri Pirenne. *História econômica e social da Idade Média*, 1978.

Segundo o texto, é **correto** afirmar que:

- a burguesia, nascida da própria sociedade medieval, nela não tem lugar; para conquistá-lo, suas reivindicações são a liberdade de ir e vir, elaborar contratos, dispor de seus bens, fazer comércio, liberdade administrativa das cidades, ou seja, não tem o objetivo de destruir a nobreza e o clero.
- os burgueses, enriquecidos pelo comércio, reivindicam privilégios semelhantes aos da nobreza e do clero na sociedade moderna; acentuadamente revolucionários, os seus interesses significam título, terras e servos para garantirem um lugar compatível com sua riqueza.
- o território da burguesia é o solo urbano, a cidade como sinônimo de liberdade, protegida da exploração da nobreza e do clero; para isso, cria o direito urbano, isto é, leis para o comércio, a justiça e a administração que, de forma revolucionária, asseguram-lhe um lugar na sociedade moderna.
- a sociedade medieval tem um lugar específico para os burgueses, pois as liberdades, as leis, a justiça e a administração estão em suas mãos; tal situação tem o objetivo de brear o poder político e econômico dos nobres e da Igreja, fortalecidos pela expansão da servidão e pelo declínio do comércio.
- com exigências revolucionárias, como liberdade comercial, jurídica e territorial, a burguesia, cada vez mais rica, visa destruir a sociedade medieval; esta, por sua vez, barra a ascensão econômica e política da burguesia, ao fortalecer a servidão no campo e impedir as transações comerciais na cidade.

Resolução:

O texto de Henri Pirenne trata da burguesia no período da Idade Média. O excerto deixa claro que os burgueses dessa época não tinham o objetivo de destruir ou contestar a autoridade da nobreza ou do clero, mas sim obter desses algumas vantagens e concessões ligadas às atividades comerciais e artesanais, ou, como diz o texto, buscavam apenas “a conquista do seu lugar” na sociedade medieval.

Alternativa A

49. Leia trechos do Manifesto dos camponeses, documento de 1525.

(...) nos sejam dados poder e autoridade, para que cada comunidade possa eleger o seu pastor e, da mesma forma, possa demiti-lo, caso se porte indevidamente.

(...) somos prejudicados ainda pelos nossos senhores, que se apoderaram de todas as florestas. Se o pobre precisa de lenha ou madeira tem que pagar o dobro por ela.

(...) preocupam-nos os serviços que somos obrigados a prestar e que aumentam dia a dia (...)

In *Antologia humanística alemã*, apud Marques e outros. *História moderna através de textos*, 2010.

A partir do documento, é **correto** afirmar que, no território da atual Alemanha,

- a) os movimentos camponeses foram liderados por Lutero contra a exploração feita pelos nobres que, de forma ilegal, apropriavam-se das florestas e reprimiam violentamente os movimentos trabalhistas.
- b) os movimentos dos trabalhadores em favor das mudanças propostas por Lutero baseavam-se na solidariedade entre os homens e em contraposição ao individualismo tão característico da Idade Média.
- c) a liderança dos movimentos camponeses defendeu a exploração dos trabalhadores, na Alemanha, apoiada por Lutero, e, juntos, receberam proteção dos nobres locais contra a perseguição feita pela Igreja Católica.
- d) as revoltas camponesas irromperam exigindo reformas sociais e religiosas que prejudicariam parte da nobreza apoiada por Lutero, o qual se colocou abertamente contra os movimentos.
- e) as experiências dos camponeses contra os nobres, apoiados por Lutero, restringiram-se aos aspectos religiosos, isto é, de domínio da Igreja Católica, pois a cooperação entre os trabalhadores e os proprietários marcava a sociedade alemã.

Resolução:

Estão erradas as alternativas que sugerem que o reformador Martinho Lutero apoiou os movimentos camponeses, que irromperam nos territórios de língua alemã, à época da Reforma Protestante. Ao contrário, Lutero defendeu o extermínio desses movimentos (em especial os anabatistas, liderados por Thomas Münzer), posicionando-se ao lado da nobreza alemã, que aderiu às suas doutrinas cristãs.

Alternativa D

50. A colonização do Novo Mundo na época moderna apresenta-se como peça de um sistema, instrumento da acumulação primitiva, da época do capitalismo mercantil. Na realidade, nem toda colonização se desenrola dentro das travas do sistema colonial, pois a colonização inglesa na América do Norte, colônias de povoamento, deu-se fora dos mecanismos definidores do sistema colonial mercantilista.

Fernando Novais.

Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial. (Adaptado)

A partir do texto, é **correto** afirmar que:

- a) coexistem, no processo de colonização na Idade Moderna, dois tipos de colônias: as de exploração e as de povoamento, sendo estas as mais encontradas, uma vez que se baseiam em pequena propriedade, trabalho livre e mercado interno; além disso, o Antigo Sistema Colonial garantia superlucros às respectivas metrópoles.
- b) dois tipos de colonização significam a coexistência de dois processos históricos diferentes, um ligado à Idade Média e outro ligado à Idade Moderna, com características semelhantes, como o comércio triangular, a grande e a pequena propriedades, o autogoverno e o exclusivo metropolitano.
- c) a colonização de povoamento, típica do Sistema Colonial Mercantilista, baseia-se em grande propriedade, trabalho escravo e produção voltada para o mercado externo, o que implica o exclusivo metropolitano como base das relações entre Metrôpole e Colônia.
- d) os dois tipos de colonização, de exploração e de povoamento, explicam-se por processos diferentes: a de exploração está ligada à acumulação de riqueza para a Metrôpole moderna, com grande propriedade e trabalho escravo, enquanto a colonização de povoamento liga-se à Metrôpole industrializada.
- e) o sentido profundo da colonização moderna é comercial e capitalista, pois as colônias de exploração, típicas do Antigo Sistema Colonial, nasceram para as Metrôpoles acumularem riqueza; e é dentro desse processo de análise de conjunto que se torna inteligível a existência do outro tipo, a colonização de povoamento.

Resolução:

O trecho selecionado pela questão apresenta a colonização do Novo Mundo como parte de um sistema econômico do capitalismo mercantil, cujo principal objetivo seria a acumulação de riquezas por parte das metrópoles europeias. Se entendido como sistema, essa colonização teria como sua regra a formação de colônias de exploração, nas quais grandes propriedades rurais produziriam gêneros agrícolas para a exportação utilizando mão de obra majoritariamente escrava. Porém, como destaca o próprio excerto apresentado, existiram na América formas de colonização que se desenvolveram fora dos interesses mercantis metropolitanos, caso da colonização inglesa em algumas regiões do norte do continente.

Alternativa E



51. Leia o excerto de uma peça teatral, de 1973.

Nassau

Como Governador-Geral do Pernambuco, a minha maior preocupação é fazer felizes os seus moradores. Mesmo porque eles são mais da metade da população do Brasil, e esta região, com a concentração dos seus quase 350 engenhos de açúcar, domina a produção mundial de açúcar. Além do mais, nessa disputa entre a Holanda, Portugal e Espanha, quero provar que a colonização holandesa é a mais benéfica. Minha intenção é fazê-los felizes... sejam portugueses, holandeses ou os da terra, ricos ou pobres, protestantes ou católicos romanos e até mesmo judeus.

Senhores, a Companhia das Índias Ocidentais, que financiou a campanha das Américas, fecha agora o balanço dos últimos quinze anos com um saldo devedor aos seus acionistas da ordem de dezoito milhões de florins.

Moradores

Viva! Já ganhou! (...) Viva ele! Viva!

Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra.
Calabar: o elogio da traição, 1976. (Adaptado)

Sobre o fato histórico ao qual a obra teatral faz referência, é **correto** afirmar que:

- as bases religiosas da colonização holandesa no nordeste brasileiro produziram uma organização administrativa que privilegiava a elite luso-brasileira, ao oferecer financiamento com juros subsidiados e parcelas importantes do poder político aos grandes proprietários católicos.
- a grande distância entre as promessas de tolerância religiosa e a realidade presente no cotidiano dos moradores da capitania de Pernambuco deu-se porque os dirigentes da companhia holandesa impuseram o calvinismo como religião oficial e perseguiram as demais religiões.
- a presença da Companhia das Índias Ocidentais no nordeste da América portuguesa trouxe benefícios aos proprietários luso-brasileiros, como o financiamento da produção, mas reproduziu a lógica do colonialismo, ao concentrar a riqueza no setor mercantil e não no produtivo.
- a felicidade prometida pelos invasores holandeses não pôde ser efetivada em função da lógica diplomática presente na relação entre Portugal e Holanda, pois se tratava de nações inimigas desde o século XV, em virtude da disputa pelo comércio oriental.
- as promessas dos invasores holandeses se confirmaram, e a elite ligada à produção açucareira e ao comércio colonial foi amplamente beneficiada, principalmente pelo livre comércio, o que explica a resistência desses setores sociais ao interesse português em retomar a região invadida pela Holanda.

Resolução:

A revitalização da economia açucareira após a resistência brasílica conecta-se diretamente ao caixa da *West Indish Compaignie* (WIC) responsável pela disponibilização de linhas de crédito voltadas principalmente para o replantio e reconstrução dos engenhos de açúcar. A recuperação das atividades açucareiras no Nordeste constituía a ponta originária de amplo processo de acumulação de ganhos e vantagens, que se materializavam na circulação comercial do produto açúcar — esta sim a esfera de maior lucratividade do capitalismo mercantil.

Alternativa C

52. O que queremos destacar com isso é que o tráfico atlântico tendia a reforçar a natureza mercantil da sociedade colonial: apesar das intenções aristocráticas da nobreza da terra, as fortunas senhoriais podiam ser feitas e desfeitas facilmente. Ao mesmo tempo, observa-se a ascensão dos grandes negociantes coloniais, fornecedores de créditos e escravos à agricultura de exportação e às demais atividades econômicas. Na Bahia, desde o final do século XVII, e no Rio de Janeiro, desde pelo menos o início do século XVIII, o tráfico atlântico de escravos passou a ser controlado pelas comunidades mercantis locais (...).

João Fragoso et alli.

A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX), 1998.

O texto permite inferir que:

- o tráfico atlântico de escravos prejudicou a economia colonial brasileira porque uma enorme quantidade de capitais, oriunda da produção agroindustrial, era remetida para a África e para Portugal.
- as transações comerciais envolvendo a África e a América portuguesa deveriam, necessariamente, passar pelas instâncias governamentais da Metrópole, condição típica do sistema colonial.
- a monopolização do tráfico negreiro nas mãos de comerciantes encareceu essa mão de obra e atrasou o desenvolvimento das atividades manufatureiras nas regiões mais ricas da América portuguesa.
- as rivalidades econômicas e políticas entre fidalgos e burgueses, no espaço colonial, impediram o crescimento mais acelerado da produção de outras mercadorias além do açúcar e do tabaco.
- nem todos os fluxos econômicos, durante o processo de colonização portuguesa na América, eram controlados pela Coroa portuguesa, revelando uma certa autonomia das elites coloniais em relação à burguesia metropolitana.

Resolução:

Interpretado como uma das mais lucrativas e importantes atividades econômicas da colonização mercantilista, o tráfico negreiro foi abordado de forma específica e diferenciada nessa questão. Mesmo sendo uma das principais formas de acumulação de capitais no processo de colonização mercantilista, o tráfico atlântico de escravos foi controlado por comerciantes sediados na América portuguesa, a partir de meados do século XVII. Divergindo das abordagens mais tradicionais dos estudos econômicos coloniais, nessa interpretação destaca-se que parte dos lucros obtidos com o tráfico negreiro, assim como ocorreram com outras atividades, era acumulada pelas elites coloniais e não estavam sob o controle metropolitano.

Alternativa E

53. Sobre a regência do paulista Diogo Antônio Feijó, entre 1835 e 1837, é **correto** afirmar que:

- o regente conseguiu vencer a eleição devido ao apoio recebido dos produtores de algodão do Nordeste, classe emergente nos anos 1830, o que possibilitou o combate às rebeliões regenciais e o início do processo de centralização político-administrativa.
- o apoio inicial que Feijó recebeu de todas as forças políticas do Império foi, progressivamente, sendo corroído porque o regente eleito mostrou simpatia pelo projeto político da Balaiada, que defendia uma Monarquia baseada no voto universal.
- a opção de Feijó em negociar com os farroupilhas e com a liderança popular da Cabanagem provocou forte reação dos grupos mais conservadores, especialmente do Partido Conservador, que organizaram a queda de Feijó por meio de um golpe de Estado.
- o isolamento político do regente Feijó, que provocou a sua renúncia do mandato, relacionou-se com a sua incapacidade de conter as rebeliões que se espalhavam por várias províncias do Império e com a vitória eleitoral do grupo regressista.
- as condições econômicas brasileiras foram se deteriorando durante a década de 1830 e provocaram um forte desgaste da regência de Feijó, que renunciou ao cargo depois de um acordo para uma reforma constitucional.

Resolução:

A Regência Una de Feijó (1835-1837) foi marcada pela eclosão de movimentos separatistas e levantes federalistas radicais que ameaçavam a unidade político territorial e a ordem social do Império brasileiro. Apesar dos esforços do Regente desde a publicação do Ato Adicional de 1834 e da criação da Guarda Nacional, quando ocupante da pasta da Justiça da Regência Trina, o fracionismo explode nas áreas mais distantes da capital (Cabanagem, no Pará, e Farroupilha, no Rio Grande do Sul) acentuando a instabilidade política gerada pela abdicação de D. Pedro I, em 1831. O desgaste do Regente levou-o à renúncia do cargo e favoreceu o fortalecimento dos regressistas, que elegeram Araújo Lima como seu sucessor, em 1837.

Alternativa D



54. A Comuna é, assim, um órgão executivo e legislativo ao mesmo tempo, onde os poderes não estão “divididos”, mas sim “descentralizados”. (...) nasce como prefeitura e age como tal. Mas acima dela nada existe. (...) A Comuna toma funções próprias do Estado centralizador e, ao projetá-lo em uma dimensão municipal, converte-se, de fato, em uma reformulação fundamental da relação entre o poder e a sociedade. (...) seria o “governo dos produtores”, a “república do trabalho”.

Horácio González. *A Comuna de Paris*, 1982.

A partir do excerto e do que se sabe sobre a Comuna, é **correto** afirmar que:

- a) a Comuna de Paris foi um órgão político centralizador, nascido em meio à Primeira Guerra, em 1914, e visava manter as relações típicas entre o poder e a sociedade da hierarquia liberal burguesa, isto é, baseadas no capital e na propriedade; foi derrotada.
- b) foi uma forma de autogestão, nascida da luta liberal em Paris, cidade abandonada pelo governo de Thiers, em meio à Guerra Franco-Prussiana, em 1914, para proteção das relações entre o poder centralizado e a sociedade da ordem liberal burguesa; foi vencedora.
- c) a Comuna de Paris nasceu como uma municipalidade, em 1871; visou transformar as funções do Estado em um pacto comunal que destruiu as forças políticas contra o trabalhador baseadas nas relações de solidariedade; foi derrotada.
- d) os trabalhadores de Paris tomaram o poder, em 1871, para impedir o avanço alemão sobre a cidade; eles tinham o objetivo de alterar as relações democráticas existentes, baseadas na cooperação e na descentralização; foram vencedores.
- e) a Comuna nasceu em Versalhes, em meio à Guerra Franco-Prussiana, em 1866, para proteger o governo antidemocrático que havia abandonado Paris e cuja ação privilegiava os interesses dos trabalhadores urbanos e do campo; foi derrotada.

Resolução:

A Comuna de Paris (1871) nasceu durante a invasão prussiana à França, no contexto da guerra franco-prussiana. Os seus integrantes tomaram a capital francesa e decretaram uma República de caráter socialista, inspirada nos princípios da 1ª Internacional dos Trabalhadores.

Sua duração foi efêmera: pouco mais de 2 anos. Os integrantes do movimento foram massacrados pelas tropas legalistas lideradas pelo político conservador Thiers.

Alternativa C

55. Empreiteiro da Companhia Estrada de Ferro D. Pedro II, o imigrante norte-americano David Sompson decidiu dar fim à própria vida na noite de 29 de outubro de 1869, em Sapucaia, província do Rio de Janeiro. Por ser protestante e suicida, Sompson foi enterrado do lado de fora dos muros do cemitério. O diretor da companhia chegou a solicitar a realização de um sepultamento digno para seu funcionário, mas foi em vão: sob a justificativa de impedir a “profanação das almas”, o vigário-geral não autorizou o enterro no mesmo espaço sagrado dos católicos – “Tenho a honra de declarar que as leis da Igreja Católica proibem o enterrar-se em sagrado aos que se suicidam, uma vez que antes de morrer não tenham dado sinais de arrependimento, acrescentando a circunstância no presente caso de ser o falecido protestante”.

Em 20 de abril de 1870, o imperador D. Pedro II tomou conhecimento do parecer e concordou com a opinião dos membros do Conselho de Estado: “Recomende-se aos Reverendos Bispos que mandem proceder às solenidades da Igreja nos cemitérios públicos, para que neles haja espaço em que possam enterrar-se aqueles a quem a mesma Igreja não concede sepultura em sagrado. E aos Presidentes de Província que providenciem para que os cemitérios que de agora em diante se estabelecerem se reserve sempre para o mesmo fim o espaço necessário”.

Sérgio Augusto Vicente. *Segregação dos mortos*, 1.2.2015. In *Revista de História da Biblioteca Nacional*, nº 113, fevereiro de 2015. (Adaptado)

A partir do fato apresentado e do contexto do Segundo Reinado, é **correto** afirmar que a segregação dos mortos:

- a) marcou os primeiros embates da chamada Questão Religiosa, que opôs o recém-fundado Partido Republicano Paulista, patrono do projeto legislativo que revia o padroado, contra a cúpula da Igreja Católica no Brasil, que advogava a necessidade de as escolas básicas estarem sob a administração das ordens religiosas.
- b) decorreu dos preceitos constitucionais do Império que atribuíam à Igreja Católica prerrogativas superiores às do Estado em algumas questões, caso dos sepultamentos, mas tais prerrogativas estavam sendo revistas pelo Legislativo, e o Imperador defendia, desde o início do seu reinado, a separação entre a Igreja e o Estado.
- c) representou a etapa final de um longo processo de desgaste nas relações entre o governo imperial e as mais importantes lideranças da Igreja Católica brasileira, porque havia novas posições católicas que, desde 1850, condenavam a ausência de propostas objetivas para a extinção do trabalho compulsório no Brasil.
- d) revelou uma face das contradições entre o poder espiritual da Igreja e o poder secular da Monarquia brasileira, em uma conjuntura na qual a hierarquia eclesiástica esforçava-se para ampliar sua autonomia perante as políticas do Estado e o Imperador buscava a conciliação dos interesses da religião oficial com o direito civil dos não católicos.

- e) anunciou um novo patamar nas relações entre o Estado e as religiões no país, em especial a Igreja Católica, porque o princípio constitucional que permitia apenas a prática do culto católico no Brasil estava em debate público e dom Pedro II já havia manifestado a sua simpatia a uma ampla liberdade religiosa.

Resolução:

A questão exigia que o candidato reconhecesse nos excertos uma contradição entre a posição da Igreja Católica a respeito do enterro daqueles que se suicidam e a posição de D. Pedro II.

Essa oposição marcou um dos aspectos da **questão religiosa** que contribuiu para o desgaste da Monarquia brasileira, uma vez que a hierarquia eclesiástica esforçava-se para ampliar sua autonomia perante as políticas de Estado, que, em grande medida, subordinavam a Igreja ao poder imperial.

Alternativa D

56. Controle público absolutamente indispensável. (...) Corrupção inevitável (...) A prática do socialismo exige uma completa subversão no espírito das massas (...). Instintos sociais em lugar dos instintos egoístas (...). Mas ele [Lenin] se engana completamente no emprego dos meios. Decreto, poder ditatorial dos inspetores de fábrica, sanções draconianas, terror (...). A única via que leva a um renascimento é a própria escola da vida pública, uma democracia mais ampla (...). É justamente o terror que desmoraliza.

Rosa Luxemburgo. *A Revolução Russa* (1918),
apud Marc Ferro. *A Revolução Russa de 1917*, 1974. (Adaptado)

A partir do fragmento, é **correto** afirmar que:

- a) o processo de criação do Estado socialista na Rússia, a partir de 1917, faz-se com métodos violentos, defendidos pela autora: esvaziamento do poder dos soviets, fortalecimento da polícia secreta, burocracia e implantação de uma ditadura para realizar as mudanças econômicas tão importantes naquele momento de crise.
- b) o texto da militante comunista é uma crítica à forma como a Revolução de 1917, liderada por Lenin, organizou o Estado de forma centralizadora, burocrática, sem tolerar a oposição, impunha a requisição de grãos, a estatização com o comunismo de guerra, afastando-se da democracia.
- c) a militante anarquista russa critica a forma como a liderança menchevique usa meios violentos para implantar o socialismo, baseado na reforma agrária, no controle dos bancos, dos transportes e das riquezas do subsolo, na tentativa de diminuir as distâncias sociais e aumentar o poder dos soviets.

- d) a autora considera que a Revolução Russa de 1917 havia avançado no seu projeto de construção do Estado socialista e no êxito de suas realizações econômicas: controle da máquina administrativa para evitar a corrupção, a organização do Estado de forma democrática e o estabelecimento da propriedade coletiva.
- e) a militante comunista alemã, a partir de uma crítica contundente, aponta erros na rota planejada por Lenin para o Estado socialista russo e sugere caminhos como: o controle público da economia, o terror com a polícia secreta, sanções contra a corrupção administrativa e, por fim, a ditadura para garantir os princípios socialistas.

Resolução:

A questão exigia que o candidato reconhecesse no texto de Rosa Luxemburgo a crítica às medidas tomadas por Lenin imediatamente após a revolução Bolchevique, em outubro de 1917. Segundo o texto, “Lenin se engana completamente” no emprego de “sanções draconianas” e “terror”, o que, na visão da autora, desmoralizava a Revolução.

Outra informação que beneficiaria o candidato era o conhecimento prévio da trajetória de Rosa Luxemburgo como militante comunista e uma das líderes do levante espartaquista, na Alemanha, logo após a Primeira Guerra Mundial.

Alternativa B



57. No mesmo ano em que o Nafta [1994] entrou em vigor, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), liderado pelo subcomandante Marcos, deu a conhecer ao mundo sua objeção ao tratado. (...) os zapatistas reclamaram uma nova atitude do Estado mexicano perante grupos sociais indígenas condenados a séculos de pobreza, exploração e abandono.

Maria Lígia Prado e Gabriela Pellegrino.
História da América Latina, 2014.

Referência do movimento citado, Emiliano Zapata foi um

- líder camponês, comandante do Exército Libertador do Sul, que ofereceu importante contribuição para a vitória da Revolução Mexicana de 1910 e defendia a continuidade das terras do *pueblo* nas mãos das comunidades camponesas.
- líder guerrilheiro que, depois de 1911, integrou o governo revolucionário mexicano, representando os interesses dos trabalhadores urbanos, assim como dos operários das minas de prata e da construção de ferrovias.
- nacionalista mexicano que elegeu como o maior inimigo do povo do seu país os Estados Unidos, interessados especialmente na exploração do petróleo e da construção e administração das ferrovias no México.
- presidente revolucionário mexicano, que assumiu o governo após a queda de Porfírio Dias, e, em 1913, foi emboscado e morto a mando de Venustiano Carranza, outra importante liderança popular da Revolução Mexicana.
- partidário do ditador Porfírio Dias, que rompeu com o antigo aliado e, ao associar-se ao revolucionário Francisco Madero, organizou e liderou milícias populares com o objetivo de derrubar o regime autoritário mexicano.

Resolução:

Um dos ícones da história recente do México e uma das principais lideranças da Revolução Mexicana (1910), Emiliano Zapata, sob o lema “terra e liberdade”, lançou o plano de Ayala, que tinha como principal reivindicação a reforma agrária e a continuidade dos *pueblos* nas mãos dos camponeses. Além disso, Zapata comandou o exército libertador do sul, que inspira até os dias de hoje a luta de populações camponesas no sul do México.

Cabe levantar a dúvida sobre o desfecho da Revolução Mexicana como um momento vencedor. Para algumas lideranças mais radicais, o movimento não foi vencedor, pois não promoveu uma reforma ampla, como defendia Zapata, embora na Constituição de 1917 ela estivesse garantida.

Alternativa A

58. [Em novembro de 1937], (...) ao falar em organizar a juventude com a finalidade “de promover-lhe a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para com a economia e a Nação, [o ministro da Justiça Francisco] Campos estava pensando em instituições voltadas para a mobilização e a militarização dos jovens. (...)

Consciente de que não poderia contar com o apoio de Gustavo Capanema para a efetivação de seu projeto de mobilização política da juventude através do sistema de ensino e tendo fracassado na sua tentativa de afastá-lo do Ministério da Educação e Saúde, Campos planejava reunir os jovens em um sistema e criar para isto uma grande organização nacional, sob a dependência direta do Ministério da Justiça, isto é, dele mesmo.

José Silvério Baía Horta. *O hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil* (1930-1945), 1994.

Considerando o fragmento e o contexto do Estado Novo, é **correto** afirmar que:

- o prestígio do ministro Francisco Campos podia ser dimensionado pela importância que Getúlio Vargas deu ao projeto da juventude brasileira, com recursos financeiros, apoio político e aval da Câmara dos Deputados, e foi implantado durante a Segunda Guerra, encaminhando o Brasil em direção aos interesses dos Estados Unidos e dos Aliados.
- a efetivação da Juventude Brasileira, que tinha como patrono Duque de Caxias, funcionando apenas no Rio de Janeiro e em algumas outras capitais brasileiras, desencadeou um sério conflito entre vários líderes do Estado Novo, o que enfraqueceu o regime autoritário, que perdia as suas bases de sustentação por conta da forte oposição liberal nascida nos estados nordestinos.
- o ministro Francisco Campos, um notável articulador político, soube convencer o ministro Capanema das vantagens em organizar militarmente os estudantes brasileiros, assim o projeto inicial foi ampliado e, durante boa parte do Estado Novo, os jovens brasileiros receberam instruções sobre o uso de armas, civismo e condicionamento físico.
- o ministro da Justiça do Estado Novo, apesar da sua função relevante de autor da Constituição de 1937, ocupava poucos espaços políticos na ordem derivada do golpe de Estado, e a proposta de uma organização militar para a juventude dificilmente contaria com o apoio do presidente Vargas, avesso às práticas físicas e esportivas, que desviavam a população do trabalho.
- o ministro Francisco Campos, um dos mais importantes ideólogos do autoritarismo, defendia uma organização da juventude brasileira em formato parecido com as experiências das nações nazifascistas, e, ao mesmo tempo, a oposição do ministro Capanema a esse projeto mostra o governo ditatorial de Vargas marcado por divergências políticas entre os seus ministros.

Resolução:

Francisco Campos, o Chico Ciência, alinhava-se à corrente política autoritária de inspiração fascista, militante da então extinta Ação Integralista Brasileira e coordenador do grupo de juristas incumbido de redigir a Carta de 1937 — a Polaca.

Gustavo Capanema, por sua vez, integrava o campo liberal conservador, crítico, portanto, de formas organizacionais de viés totalitário.

A composição dos Ministérios da Era Vargas guarda, quase sempre, essa ambiguidade, como demonstram, por exemplo, as relações diplomáticas ambíguas, ora em discreto flerte com as potências do Eixo, ora em perfeita adequação às posições das democracias liberais europeias.

Alternativa E59. *Tudo muda.*

De novo começar podes, com o último alento.

O que acontece, porém, fica acontecido:

E a água que pões no vinho, não podes mais separar.

(...)

Porém, tudo muda: com o último alento podes de novo recomçar.

Bertold Brecht

É a esse processo histórico, que levou à liquidação dos impérios coloniais europeus e ao surgimento ou ressurgimento de povos que se constituíram em Nações e Estados, que se costuma dar o nome de descolonização.

Letícia Bicalho Canêdo. *A descolonização da Ásia e da África*, 1985.

A partir dos textos, é **correto** afirmar que:

- a) a colonização europeia foi inseparável da descolonização da Ásia e da África do século XX, pois o nacionalismo, um valor ocidental, foi usado pela classe dirigente que, identificada com o Estado Nacional, não respeitou as tradições locais, isto é, a descolonização não destruiu a colonização; água e vinho estão misturados.
- b) a descolonização da Ásia e da África, no século XX, fez surgir novos povos, identificados com suas tradições e com valores antigos, essenciais para a estabilidade dos Estados e das nações, geridos pela classe dirigente, distante do velho colonialismo; a descolonização rompeu com a colonização, isto é, separou a água do vinho.
- c) a descolonização da Ásia e da África no século XIX, como continuidade ao colonialismo europeu, identificou-se com a classe dirigente internacional, preservou as principais tradições e criou o Estado Nacional a partir do nacionalismo, valor tribal que garantiu estabilidade para aquelas regiões; portanto, a água não se separou do vinho.

d) a descolonização da Ásia e da África, no século XX, foi um processo separado da colonização, pois os valores da tradição foram rompidos e surgiu o Estado Nacional como criação da classe dirigente local, cujos interesses estavam alinhados com o capitalismo internacional, o que significou desenvolvimento para a maioria; água e vinho estão separados.

e) o processo de descolonização do século XX, na Ásia e na África, é revolucionário na medida em que destruiu o velho colonialismo e colocou no poder a classe dirigente local, identificada com o capitalismo internacional, que organizou o Estado Nacional segundo os interesses de estabilidade e de desenvolvimento para todos; água e vinho estão separados.

Resolução:

A questão apresentou dois trechos de textos usados para discutir o processo de descolonização africana, ocorrida no século XX.

Cobrava-se do candidato que este soubesse que no processo de libertação dos povos africanos, as elites nacionais dirigentes, identificadas com a organização dos Estados Nacionais (imposta no século XIX pelos europeus colonizadores), mantiveram fronteiras e práticas que não retomavam ou ao menos respeitavam as antigas tradições locais do continente e dos povos africanos.

Alternativa A

60.



In: Luiz Gê, *Ah como era boa a ditadura...*, 2015.

A charge, publicada em 1981 no jornal *Folha de S. Paulo*, faz referências a um momento particular do último governo da ordem autoritária instaurada em 1964, porque

- reforça a convicção do presidente sobre a necessidade de uma abertura política efetivamente democrática, inclusive com eleições presidenciais diretas para o seu sucessor, mas entende que a volta da inflação pode impedir esse formato institucional.
- indica a reação do presidente frente a dois grandes problemas: os atentados praticados por grupos de extrema-direita, contrariados com o processo de abertura política, nascido no governo anterior, e a forte inflação, que atingiu quase 100% em 1981.
- recrimina o presidente porque este condiciona a continuidade do processo de abertura política ao melhoramento nas condições econômico-financeiras do país, em uma conjuntura particularmente complexa, marcada por uma hiperinflação e queda acentuada do PIB.
- assinala a preocupação do presidente com dois eventos interligados: o acelerado ritmo da abertura política provocado pelo avanço das oposições nos pleitos municipais e o primeiro episódio de hiperinflação, associado à recessão econômica e à crise do petróleo.
- destaca a provocação do presidente às organizações de esquerda que ainda defendiam o caminho da luta armada para a conquista do poder, mas reconhece a incapacidade do seu governo em conter a espiral inflacionária, provocada pelos aumentos salariais da década de 1970.

Resolução:

Na tirinha apresentada, o general João Batista Figueiredo, último presidente do regime militar (1979-85), demonstra sua posição frente a dois grandes desafios enfrentados em seu governo.

O primeiro seria a oposição dos grupos de extrema-direita, contrários ao processo de abertura política, e que realizavam atentados a bomba, sendo o mais notório o ocorrido no Riocentro, em 1981.

O segundo desafio enfrentado era combater a crise inflacionária que assolava o governo Figueiredo, abalando toda a década de 1980, no Brasil.

Alternativa B